



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A concepção externalista de pessoa

André Leclerc

Como citar: LECLER, A. A concepção externalista de pessoa. *In:* BROENS, M. C. ; MILIDONI, C. B. (org). **Sujeito e identidade pessoal – Estudos de Filosofia da mente.** Edição. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003. p139-152. DOI: <http://doi.org/10.36311/2003.85-7139-518-7.p139-152>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A CONCEPÇÃO EXTERNALISTA DE PESSOA¹

André LECLERC²

“Mas o que eu sou então? Uma coisa que pensa”, respondeu Descartes. E “o que é uma coisa que pensa?”. É “uma coisa que duvida, concebe, afirma, nega, quer, não quer, imagina também e sente”. São poucos hoje os filósofos que aceitam ainda esta resposta. A resposta à mesma questão que quero explorar é : Uma *Pessoa*. O que é uma pessoa? É uma entidade *constituída* por um organismo pertencendo à espécie *homo sapiens* (ver L. Rudder Baker: *Persons and Bodies*) e que instancia propriedades de um certo tipo, propriedades *enraizadas fora dos momentos de sua instanciação*, ou *enraizadas fora dos objetos que as instanciam*. Podemos chamar essas propriedades relacionais (e outras na mesma classe) de *propriedades globais*. Uma pessoa é fundamentalmente um *agente*, capaz de exercitar suas capacidades e habilidades no seu ambiente natural e social, e que instancia tais propriedades.

Há três grandes marcos na história recente das concepções metafísicas de pessoa: *Individuals* [1959] de Strawson (cap. 3), *Person & Object* [1976] de Chisholm, e *Persons and Bodies* [2000] de Lynne Rudder Baker. Recapitulando essas contribuições, tentarei responder brevemente (ou simplesmente dar umas indicações sobre

¹ O tema desenvolvido aqui é parte de um projeto de pesquisa, “Externalismo e Conteúdo Mental”, financiado pelo CNPq. Por “pessoa”, no título deste texto, entendo o mesmo que “pessoa humana”. Doravante falarei simplesmente de “pessoa”. Por “externalista”, entendo o mesmo que “antiindividualista” (no sentido de Tyler Burge).

² Departamento de Filosofia e Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba. Endereço eletrônico:

como responder) a certas perguntas como : Que tipo de entidade é uma pessoa? É idêntica ao corpo, a uma parte própria do corpo ou a nada que seja corporal? Qual a relação entre uma pessoa e seu corpo? Como uma pessoa constitui sua própria identidade através do tempo? Tentarei também dizer por quê a instanciação de propriedades psicológicas relacionais e extrínsecas é essencial para que uma pessoa se torne realmente uma pessoa.

* * *

A idéia que tentarei defender é simples: ser uma pessoa ou ter uma mente não é manipular representações numa caixa úmida (o crânio);³ é antes *instanciar numerosas propriedades psicológicas relacionais e extrínsecas enraizadas num ambiente natural e social*. Isto, pelo menos, é uma condição necessária para ser uma pessoa. Certas propriedades são mais “centrais” do que outras e têm que ser instanciadas em prioridade, em particular, aquelas que fazem de nós *agentes*. A noção de pessoa tem uma dimensão normativa, ética e jurídica, como Locke viu muito bem, mas não entrarei nisso agora.⁴

O que é característico de uma concepção externalista, de modo geral, é a importância concedida às propriedades extrínsecas. *Grosso modo*, uma propriedade é extrínseca se a sua posse ou sua atribuição a uma entidade pressupõe ou a existência de outra coisa completamente distinta desta entidade, ou a existência da mesma entidade a momentos anteriores ou posteriores ao momento da instanciação da propriedade em questão. De outro modo, uma propriedade é intrínseca.

Há um prejuízo tradicional contra as propriedades extrínsecas; as ciências, dizem certos filósofos (Searle, Fodor), procuram determinar quais são as propriedades intrínsecas das coisas, pois são essas propriedades que determinam os poderes causais, e as coisas, numa teoria científica, são individuadas a partir de seus poderes causais. Este é o prejuízo. A verdade é que muitas coisas denotadas

³ David Lewis defende uma tal concepção do que é “ter uma mente”; é possuir, diz ele, “um órgão de representação”. Ver “David Lewis: Reduction of Mind”, em S. Guttenplan (org.), *A Companion to the Philosophy of Mind*, Oxford, Blackwell, 1994, p. 421. Por uma crítica a essa concepção, ver J. McDowell, “Putnam on Mind and Meaning”, *Philosophical Topics* 20, 1 (1992).

⁴ J. Locke, *An Essay Concerning Human Understanding* (Abridged by R Taylor), Bk 2, xxvii, em *The Empiricists*, Nova York, Dolphin Books, sem data.

por termos aparecendo no vocabulário das teorias científicas são as entidades que elas são somente porque instanciam propriedades extrínsecas. O termo “planeta” é um bom exemplo; uma replica perfeita do planeta Marte, moléculas por moléculas, átomos por átomos, mas que não giraria ao redor de uma estrela, não seria mais um planeta, apesar de possuir as mesmas propriedades intrínsecas que Marte (ter a mesma constituição e massa, ser composto dos mesmos minerais distribuídos da mesma maneira, etc.). Mesma coisa para o termo “placa tectônica”; não importa a composição da placa, se ela for totalmente imóvel no meio de nada, não é mais uma placa tectônica. O que faz de um pedaço de granito ou basalto uma placa tectônica, é seu movimento em direção a outras placas, não sua constituição interna. Parte do prejuízo consiste em dizer que as propriedades extrínsecas são causalmente inertes. Mas uma propriedade como ter a maior massa de todos os corpos celestes presentes na vizinhança, certamente, é causalmente significativa (ela explica por quê os corpos celestes são atraídos numa certa direção e não em outra direção). O debate opondo internalistas e externalistas diz respeito à questão de saber se *todas* as propriedades psicológicas são intrínsecas, ou se pelo menos algumas são extrínsecas.⁵

A tradição cartesiana é claramente internalista. Nenhuma característica mental (estado, evento, ato) depende da existência de qualquer outra coisa fora do sujeito. Descartes, no final da Primeira Meditação vai até apresentar como uma situação *possível e plausível* a existência de um gênio maligno que me enganaria o tempo todo, fazendo com que todas as minhas crenças na existência não só das coisas externas mas também de meu próprio corpo sejam falsas.⁶ Noutras palavras, minha experiência do mundo não seria diferente do que ela é se não tivesse um mundo! Nesta perspectiva, a posse, por um sujeito, ou a atribuição a um sujeito, de uma propriedade psicológica, não depende em nada da existência de qualquer coisa “fora da mente”, presente no mundo ambiente natural e social. A mente

⁵ São exemplos de propriedades psicológicas propriedades como acreditar que vai chover, acreditar que a Seleção vai ganhar a próxima partida, ter a intenção de assinar um cheque para pagar o aluguel, ter o desejo de casar-se com a Rainha de Tebas, perceber uma laranja, reconhecer um amigo, imaginar um ciclope, se lembrar de sua mãe, etc.

⁶ Ver Descartes, *Méditations Métaphysiques*, Paris, P.U.F., 1974, § 12, pp. 33-34.

cartesiana é *self-contained* (a expressão é de Gregory McCulloch),⁷ “fechada em si”. Nestas condições, efetivamente, ter uma mente seria a mesma coisa que ser uma coisa pensante, isto é, “uma coisa que duvida, concebe, afirma, nega, quer, não quer, imagina e sente”. Nenhum estado ou evento mental, nenhuma “operação da mente”, pressupõe a existência de algo (objeto, substância, evento, instituição, etc.) presente no ambiente natural e social da pessoa. A identificação (ou individuação) de um estado mental nunca envolve, nesta perspectiva, a identificação de outra coisa além do portador do estado. Habitar um ambiente no qual podemos exercitar várias capacidades e habilidades, particularmente habilidades discriminatórias (pressupostas pela posse de conceitos), por incrível que parece, seria algo *secundário* nesta perspectiva internalista, e não uma condição necessária para ser um *Ego*, um *Self*, uma pessoa. Numa versão materialista do cartesianismo, num cartesianismo-*cum*-materialismo, um cérebro numa cuba seria um sério candidato ao título de *Ego* ou pessoa.

Na concepção externalista que vou tentar desenvolver rapidamente, uma pessoa é uma entidade que instancia pelo menos algumas propriedades psicológicas extrínsecas. O cérebro não é o portador dos estados ou eventos mentais, não é um verdadeiro sujeito de experiência, ainda menos um portador de direitos. Os verdadeiros sujeitos de experiência, portadores dos estados e eventos mentais e também de direitos, são pessoas. As pessoas instanciam propriedades psicológicas extrínsecas, o que quer dizer que a instanciação dessas propriedades pressupõe a existência de algo (objeto, substância, instituição), fora do corpo da pessoa. Estar a dez metros da Torre Eiffel, estar num ambiente contendo água-H₂O, estar num ambiente contendo água-XYZ, ser um marido, ser um pai, ser um planeta, etc., são exemplos de propriedades (relacionais) extrínsecas *não* psicológicas. São propriedades extrínsecas *e* psicológicas as seguintes: perceber uma laranja, se lembrar de seu pai, reconhecer seu amigo, saber que o Pico da Neblina é a montanha mais alta do Brasil, ter aprendido o uso da palavra “mesa”, etc. Podemos classificar, seguindo Chisholm e seu aluno Kim, essas propriedades em duas classes:

⁷ Ver G. McCulloch, *The Mind and Its World*, Londres, Routledge, 1996, p. 11.

propriedades enraizadas fora do tempo de sua instanciação, e propriedades enraizadas fora do objeto que a instancia.

F é uma propriedade enraizada fora do tempo de sua instanciação =df Necessariamente, para qualquer x e qualquer momento do tempo t , x possui F a t somente se x existe antes ou depois de t .

(Exemplos de tais propriedades são: ser o futuro presidente do Brasil, ter 20 anos, ser divorciado, tomar suas segundas férias em Foz do Iguaçu, etc., mas também propriedades psicológicas como reconhecer seu melhor amigo, se lembrar de seu café da manhã, ter aprendido o sentido da palavra “mesa”, etc.).

F é uma propriedade enraizada fora do objeto que a instancia =df Necessariamente, qualquer objeto x tem a propriedade F somente se um objeto contingente e totalmente distinto de x existe.⁸

(Exemplos de tais propriedades são: estar a dez metros da Torre Eiffel, estar sentado a esquerda de Michael, ser um marido, ser um planeta, etc., mas também propriedades psicológicas como perceber uma laranja, saber que o Pico da Neblina é a montanha mais alta do Brasil, estar com ciúme das atenções de Cicrana em relação a Fulano, ter a intenção de transportar o piano com junto com Fulano, Cicrano e Beltrano, etc.).

Podemos acrescentar uma terceira classe, a das propriedades *globais*:

F é uma propriedade global =df Necessariamente, para qualquer x , x tem F somente se x estiver num ambiente específica ou em circunstancias apropriadas.

(Exemplos de tais propriedades são: estar num ambiente contendo água-H₂O, estar num mundo contendo artistas, críticos, colecionadores e museus [a *Artworld*, um mundo de arte], ser um cidadão canadense, valer meio milhão no mercado de arte de Londres, ser um cartão de crédito, etc.).

⁸ Ver R.M. Chisholm, *Person & Object*, La Salle, Ill., Open Court, 1976, p. 127; e J. Kim, *Supervenience and Mind*, Cambridge, C.U.P., 1993, p. 184. A idéia de propriedade global vem de L. Rudder Baker, *Persons and Bodies*, Cambridge, C.U.P., 2000, cap. 2.

Uma propriedade que não é enraizada fora do tempo de sua instanciação, nem fora do objeto que a instancia, e que não é global, é uma propriedade intrínseca.

O que caracteriza essas propriedades, particularmente as propriedades globais, é que elas não podem ser instanciadas numa situação de completo isolamento. A instanciação dessas propriedades requer ou a existência antes ou depois de um certo momento, do objeto que as instancia, ou a existência de outra coisa distinta do objeto que as instancia, ou a existência de um contexto inteiro (*background conditions*). Qualquer artefato (como uma obra de arte), simplesmente deixaria de ser o que ele é na ausência das circunstâncias apropriadas. Se uma réplica perfeita, moléculas por moléculas, átomos por átomos, do *David* de Michelangelo (o exemplo é de L. Rudder Baker) coalesce no espaço intersidereal, a milhares de anos-luz de qualquer planeta habitado, essa estatua *não seria* o *David* de Michelangelo. E se a estatua fosse recuperado por seres inteligentes de outro planeta onde não existe nenhuma instituição artística (não tem artistas, colecionadores, críticos, etc.), então a estatua não teria outro valor do que o pedaço de mármore que a constitui.

Uma concepção externalista de pessoa é uma concepção que, em primeiro lugar, confere seu justo peso a essas propriedades psicológicas relacionais e extrínsecas. Gostaria agora de fazer um (muito) breve sobrevôo de três concepções de pessoa bem conhecidas, o capítulo 3 de *Individuals* [1959] de Strawson, partes de *Person & Object* [1976] de R.M. Chisholm, e *Persons and Bodies* [2000] de L. Rudder Baker. Esse breve percurso ajudará, creio eu, a responder a perguntas relativas à identidade e natureza das pessoas, e à relação entre pessoa e corpo, e mostrará que Strawson e Rudder Baker podem ser prudentemente chamados de externalistas, enquanto Chisholm parece optar por uma versão de caráter mais internalista.

Strawson, no capítulo 3 de *Individuals* intitulado “Persons”, divide os predicados em duas categorias : os “predicados-P” (os predicados para pessoas), como “é sorridente”, “está indo no banco pagar contas”, “está se lembrando de Paris em Agosto”, “é mentiroso”,

etc., e os “predicados-M”, predicados para coisas materiais, “pesa 20 quilos”, “está no sofá”, etc. A tese de Strawson sobre as pessoas é que elas são indivíduos (no sentido lógico da palavra) que necessariamente aceitam os dois tipos de predicados. Atribuímos predicados-P à entidades que aceitam também predicados-M. Os predicados-P não são atribuídos à almas desencarnadas (salvo mitologia popular), nem a cadáveres. Essa tese pode ser chamada de “tese do caráter primitivo da noção de pessoa”. Isto significa que a noção de pessoa deve ser entendida como remetendo a um tipo de entidade tal que ambos tipos de predicados (os que atribuem estados de consciência e os que atribuem características corporais). A cada indivíduo do tipo pessoa deve ser possível atribuir estados de consciência e características corporais. (No final do famoso capítulo 3 de *Individuals*, Strawson observa que a ortodoxia da Igreja foi esperta ao insistir sobre o dogma da ressurreição dos corpos !).

Uma dimensão interessante da concepção de Strawson para um externalista é a seguinte: minha habilidade a usar predicados-P e a aplicá-los a mim mesmo depende de minha habilidade de atribuí-los aos outros, e vice-versa. A condição para me reconhecer como sujeito de predicados-P é que devo também reconhecer os outros como sujeitos dos mesmos predicados. Esta condição depende por sua vez da capacidade de distinguirmo-nos uns dos outros, de poder identificar diferentes sujeitos de tais predicados. Essa condição é claramente antiindividualista e antisolipsista.

Finalmente, entre os predicados-P, Strawson reconhece a importância particular de uma sub-classe deles, aqueles que fazem de nós *agentes*, predicados como “escreve uma carta”, “está ligando o computador”, “está organizando um colóquio”, etc. Ser uma pessoa, antes de tudo, é ser um agente. Mas Strawson deixou em aberto questões relativas a relação entre uma pessoa e seu corpo, ou a questão da identidade da pessoa através do tempo.

Roderick M. Chisholm, em *Person & Object*,⁹ define o predicado “x é uma pessoa” de tal maneira que, para ele também, as pessoas são antes de tudo agentes:

“*x é uma pessoa*” = df *x é uma coisa individual que é necessariamente tal que é fisicamente possível que haja algo que esta coisa individual possa tentar realizar.*¹⁰

Esse caráter de agente das pessoas, já apontado por Strawson, é ainda reforçado na concepção de Chisholm. Strawson afirma também que uma pessoa é um “indivíduo” de verdade, no sentido lógico da palavra. Chisholm vai tentar precisar isso usando a distinção medieval *ens per se X ens per alio*.

Um *ens per alio* é um parasito ontológico, que não tem existência por si só, como uma sombra. Uma sub-categoria importante de *entia per alio* são os *entia successiva*. O exemplo clássico de um *ens sucessivum* é uma orquestra, cujos membros podem mudar com o tempo, um aqui, um outro ali. No sentido “vago e popular” da identidade, se pode dizer que a orquestra é a mesma através do tempo, mas não no sentido “estrito e filosófico”. Uma orquestra pode gravar um disco com um certo regente, e outro disco 10 anos depois com outro regente e alguns músicos novos, e nós diríamos que a mesma orquestra gravou os dois discos. No sentido estrito e filosófico, o que existe de verdade e permanece o mesmo não é a orquestra, mas os músicos, que são *entia per se*. Não pode haver *entia per alio* (*entia successiva*) sem *entia per se*. Fica óbvio no caso da sombra. Chisholm admite uma forma de essencialismo mereológico, a idéia de que cada “todo” tem cada uma de suas partes necessariamente (as mesmas partes em todos os mundos possíveis). Um *ens per se* existe por si só (como uma “substância” na metafísica tradicional) e não deriva suas propriedades de outras coisas. Uma pessoa, segundo Chisholm, é um *ens per se* e não um *ens per alio* ou *ens sucessivum*. Por esta razão, Chisholm nega que uma pessoa seja idêntica ao seu corpo vivo, pois este é um *ens sucessivum*. Em resumo, o argumento de Chisholm é o seguinte: 1) suponhamos que eu esteja triste; 2) se houver um *ens*

⁹ *Person and Object: A Metaphysical Study*, Open court, La Salle, 1976.

¹⁰ “‘x is a person’ =df x is an individual thing which is necessarily such that it is physically possible that there is something which it undertakes to bring about”.

sucessivum com meu nome e que estiver triste agora, então estaria triste em virtude do fato de uma de suas “fases” (*stand-ins*) estar triste agora; 3) eu não estou triste em virtude do fato de alguma *outra* coisa ter este sentimento por mim; 4) Portanto, eu não sou um *ens sucessivum*. Este argumento foi criticado por Richard Taylor e Lynne Rudder Baker.¹¹ Ele não me parece muito convincente, sua “solidez” (*soundness*) é pelo menos discutível (a terceira premissa é certamente discutível e precisa ser defendida com uma argumentação independente), e na melhor das hipóteses, poderia ser entimemático. De qualquer maneira, acho que Chisholm quis assim preservar e defender suas intuições acerca da identidade das pessoas através do tempo.¹² Para ele, há sempre uma resposta definitiva a pergunta: será que uma pessoa é idêntica ou não a outra pessoa? É assim particularmente nos famosos casos de “fissão” e “fusão”. Vamos supor que uma princesa sofre um acidente gravíssimo; entra no hospital e a única coisa que pode ainda “servir” é seu cérebro. Têm dois pacientes no hospital que também sofreram acidentes do trânsito, a Senhora A e a Senhora B, ambas mantidas vivas artificialmente e que precisam, a primeira, da metade esquerda de um cérebro, e a outra da metade direita. A generosa princesa já tinha assinado os papéis para o dão de órgãos e as senhoras A e B ganharam, cada uma, a metade do cérebro que elas precisavam para sobreviver. Segundo Chisholm, tem uma resposta definitiva a pergunta: a Senhora A é a mesma pessoa antes de seu acidente e depois da intervenção cirúrgica? Vamos supor que a Senhora A sempre gostou de jogar bingo e continua jogando depois de sua saída do hospital (a princesa nunca jogou bingo, um jogo que ela achava ridículo e muito plebeu), mas, surpreendentemente, ela que sempre foi meio anoréxica, começa a desenvolver uma séria tendência para a bulimia. Pior, ela começa a gostar de Elton John, um cantor que ela achava muito cafona. Além do mais, ela começa também a formar planos para militar contra a fabricação e o uso de minas terrestres. Num caso desses, para Chisholm, haveria uma resposta

¹¹ Ver L. E. Hahn (org.), *The Philosophy of Roderick M. Chisholm*, The Library of Living Philosophers, Vol. XXV, Open Court, La Salle, 1997; particularmente, R. Taylor, “Chisholm’s Idea of a Person”, pp. 45-51; e L. Rudder Baker, “Persons in Metaphysical Perspective”, pp. 433-453.

¹² Ver Martine Nida-Rümelin, “Chisholm on Personal Identity and the Attributions of Experiences”, em *The Philosophy of Roderick M. Chisholm, op. cit.*, pp. 565-585, por um estudo desses casos de “fissão” e “fusão”.

por “sim” ou “não” à questão colocada acima. No caso da Senhora A, parece que a única resposta é *não*: ela não é “a mesma pessoa” antes e depois da intervenção cirúrgica, se aplicarmos os critérios de Chisholm, e se a identidade se entende no sentido “estrito e filosófico”.

O problema com a perspectiva de Chisholm baseada na distinção *ens per se X ens per alio* (*ens sucessivum*), é que a distinção parece pouco útil ou até vazia. Não se vê muito bem como encontrar em nosso mundo algo que não seja um *ens sucessivum*! O corpo humano vivo é um *ens sucessivum*; também cada uma de suas partes próprias. Portanto, como uma pessoa não é, segundo Chisholm, um *ens sucessivum*, mas sim um *ens per se*, somos aparentemente levados a aceitar uma forma de “dualismo pessoa/corpo”. Ou então, para evitar tal dualismo, Chisholm deveria dizer, como ele já sugeriu publicamente, que o *Self* ou pessoa é (no sentido estrito e filosófico da identidade) uma minúscula partícula de matéria provavelmente localizada no cérebro!¹³ Fica difícil conceber como uma tal partícula poderia ser um agente capaz de iniciar qualquer transformação fisicamente possível ou empreender (*undertake*) a realização de qualquer ação que seja.

Na concepção de Lynne Rudder Baker, uma pessoa não é idêntica ao seu corpo, mas sim é *constituída* por ele. Uma pessoa humana é constituída por um corpo pertencendo à espécie *homo sapiens*. Se tiver pessoas em outros planetas, provavelmente elas são constituídas por corpos pertencendo a outra espécie natural. Portanto, aqui não tem nenhum “chauvinismo biológico”. A relação de constituição se encontra em toda parte; genes são constituídos por seqüências de ADN, estatuas são constituídas por blocos de mármore (ou de madeira, de pedra, etc.). A relação é assimétrica. Não darei aqui a definição da relação *x* constitui *y* ao momento *t*, mas alguns exemplos ajudarão.¹⁴ Uma estatua, o *David* de Michelangelo (exemplo de L. R.B.), é constituída por um bloco de mármore. Mas para ser uma estatua, o bloco de mármore precisa estar num ambiente

¹³ Ver R. Taylor, “Chisholm’s Idea of a Person”, p. 54, em *The Philosophy of Roderick M. Chisholm*, *op. cit.*

¹⁴ Para a definição da “constituição”, ver L. Rudder Baker, *Persons and Bodies*, Cambridge, C.U.P., 2000, p. 43.

apropriado. Se um bloco de mármore, idêntico moléculas por moléculas ao *David*, coalescesse no espaço intersidereal como resultado de um acidente quântico, a milhares de anos-luz de qualquer civilização providas de instituições relativas ao “mundo da arte” (museus, críticos de artes, mercados de artes, etc.), seria ainda o bloco de mármore uma estatua, uma obra de arte? A resposta é não: *a constituição é uma relação sensível ao contexto*. Um pedaço de plástico idêntico moléculas por moléculas com meu cartão de crédito não seria mais um cartão de crédito num mundo sem convenções e práticas econômicas relativas ao crédito e às instituições financeiras.

Em *Persons and Bodies*, as pessoas são consideradas como os verdadeiros sujeitos de experiência, e não os cérebros. O pronome “eu” não denota meu cérebro ou qualquer outra parte de mim, nem um Ego cartesiano desencarnado, mas sim uma pessoa constituída por um corpo. Mais precisamente, o ponto de partida de Lynne Rudder Baker não é só considerar pessoas (e não, digamos, cérebros) como sujeitos de experiência, mas antes de tudo *pessoas-envolvidas-num-mundo*. Este é o ponto de partida; e nosso mundo não é só constituído por objetos físicos providos de propriedades físicas, mas também um mundo cheio de *propriedades intencionais*, propriedades cuja instanciação pressupõe a existência de seres capazes de ter atitudes proposicionais.¹⁵ Além disso, para ser uma pessoa, é preciso ter *uma perspectiva em primeira pessoa*, e essa perspectiva admite dois graus. O primeiro grau se encontra já nos animais não-humanos; podemos facilmente imaginar organismos distintos dos nossos, mas com uma perspectiva egocêntrica sobre o ambiente físico imediato, com eles mesmos enquanto “pontos de origem”. Isto não requer a posse de conceitos egocêntricos pelos quais estes organismos podem se representar enquanto “si mesmo”, quer dizer, não pressupõem a posse de conceitos que aplicamos a coisas que não são nós mesmos.

O segundo grau da perspectiva em primeira pessoa pressupõe exatamente isso: a posse de conceitos que aplicamos a nós mesmos enquanto coisas distintas de qualquer outra coisa presente em nosso ambiente natural e social, quer dizer, um conjunto de *conceitos*

¹⁵ Sobre isso ver L. Rudder Baker, “Attitudes in Action: How Mental Causation is Possible”, a aparecer em *Manuscrito*. Texto.

egocêntricos. Este segundo grau é uma condição necessária para se tornar uma pessoa. Para nosso propósito, é importante ressaltar que esta propriedade de ter uma perspectiva em primeira pessoa (neste segundo grau) é uma propriedade relacional, extrínseca, e aí vem o argumento mostrando isso :

- 1) x tem uma perspectiva em primeira pessoa se e somente se x pode conceber a “si mesmo” enquanto “si mesmo”;
- 2) x pode conceber a si mesmo enquanto si mesmo somente se x tem conceitos que podem aplicar-se a coisas diferentes de x;
- 3) x tem conceitos que podem aplicar-se a coisas diferentes de x somente se x teve interações com coisas diferentes de x;

∴ Se x tem uma perspectiva em primeira pessoa, então x teve interações com coisas distintas de x.

Enfim, ter uma *mesma* perspectiva em primeira pessoa é, basicamente, o que explique a identidade pessoal através do tempo. A identidade pessoal deve ser concebida como algo *passivo*, e não como algo que teríamos que refazer ativamente a cada momento, e por isso mesmo a perspectiva em primeira pessoa parece um bom candidato ao título de denominador comum da identidade pessoal nas várias fases da vida. O termo “pessoa” não é um “phase-sortal”, o termo designando uma fase no desenvolvimento de algo, como os termos “infância” ou “adolescência”. Uma pessoa existe ou deixa de existir, mas enquanto ela existe, ela não pode (metafisicamente pelo menos, juridicamente é outra história) se tornar outra coisa.

Em resumo, uma concepção externalista de pessoa insiste sobre o valor das propriedades extrínsecas para a individuação dos particulares espaço-temporais que somos. A contribuição de Strawson aqui é inegável, ele que estabelece como condição para a heteroatribuição de predicados-P a capacidade de autoatribuição dos mesmos, e como condição de autoatribuição dos predicados-P a capacidade de atribuí-los aos outros. Essa condição claramente é externalista ou pelo menos antisolipsista, por que pressupõe a existência de seres distintos de mim mas pertencendo ao mesmo tipo lógico do que eu. A concepção mais recente de Lynne Rudder Baker é certamente, *par excellence*, uma concepção externalista pois a

condição essencial para se tornar uma pessoa é possuir uma perspectiva em primeira pessoa (no segundo grau) e, como vimos, ter uma perspectiva em primeira pessoa é uma propriedade relacional e extrínseca.

REFERÊNCIAS

- BAKER, L.R. *Persons and Bodies. A constitution view*, Cambridge, C.U.P., 2000.
- . Attitudes in Actions. how mental causation is possible. In: *Manuscrito*. v. XXV, Special Number. CLE/UNICAMP. 2002.
- . Persons in Metaphysical Perspective. In: *The philosophy of Roderick M. Chisholm*, pp. 433-453.
- CHISHOLM, R.M. *Person and Object. A Metaphysical Study*, La Salle, Open Court, 1976.
- DESCARTES, R. *Méditations métaphysiques*, Paris, PUF, 1974.
- HAHN, L.E. (org.) *The Philosophy of Roderick M. Chisholm*, The Library of Living Philosophers, Vol. XXV, La Salle, Open Court, 1997.
- KIM, J. *Supervenience and mind*, Cambridge, C.U.P., 1993.
- LEWIS, D. David Lewis: Reduction of Mind. In S. Guttenplan (org.) *A Companion to the Philosophy of Mind*, Londres, Blackwell, 1994.
- LOCKE, J. *An Essay Concerning Human Understanding* (Abridged by R Taylor), Bk 2, xxvii. In: *The Empiricists*, Nova York, Dolphin Books, sem data.
- MCCULLOCH, G. *The Mind and Its World*, Londres, Routledge, 1996.
- MCDOWELL, J. Putnam on Mind and Meaning, *Philosophical Topics*, 20, 1, 1992.
- NIDA-RÜMELIN, M. Chisholm on personal identity and the attribution of experiences. In: *The Philosophy of Roderick M. Chisholm*, pp. 565-585.
- STRAWSON, P.F., *Individuals. An essay in descriptive Metaphysics*, Londres, Routledge, 1959.
- TAYLOR, R. Chisholm's idea of a person. In: *The Philosophy of Roderick M. Chisholm*, pp. 45-51.